

O uso do Instagram pelo o movimento indígena para fazer frente ao avanço do agronegócio e denunciar o aumento da violência e perda de direitos

EDUARDO LUIS MATHIAS MEDEIROS

RESUMO

Hoje, mesmo com seus direitos assegurados pela Constituição de 88, os indígenas estão perdendo seus direitos e suas terras invadidas pelo capital financeiro. O artigo apresenta uma discussão conceitual de como os movimentos sociais no campo, em especial o movimento indígena, representado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) que tem se destacado na luta pelos direitos indígenas utilizando a rede social Instagram como instrumento de luta na mobilização e denúncias. Assim, quando uma denúncia viraliza, o movimento ganha apoio da sociedade para que governantes tomem ações em favor de suas causas.

INTRODUÇÃO

O avanço do agronegócio e do neoliberalismo no Brasil tem impactado diretamente os povos indígenas, que, aos poucos, vão perdendo suas terras e, junto com ela, a liberdade e a vida. Para a elite econômica ruralista, o indígena aparece como um obstáculo para o desenvolvimento do país, pois não permite o avanço da agricultura capitalista em suas terras e a exploração de riquezas mineral e natural pelas grandes corporações. Desde de 2016, a partir do golpe jurídico-parlamentar-midiático, que resultou no impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, houve a imposição de uma agenda conservadora e orientada por interesses de negócios, que tem prejudicado os povos indígenas e outras populações do campo.

Essa agenda favorável à expansão do agronegócio e das transnacionais privilegiaram interesses dos grandes latifundiários e da modernização da agricultura, sobrepondo-se à agricultura familiar e agroecológica. Para proporcionar o avanço do agronegócio, no campo político, houve revisão de políticas públicas, novas regras para o licenciamento ambiental, demarcação de terras indígenas e regulamentação de compras de terras para estrangeiros, o que resultou no aumento da violência sobre as populações tradicionais do campo e perda de direitos dessas populações.

Povos indígenas e territórios quilombolas e pequenos trabalhadores rurais e camponeses também foram prejudicados com a expansão da fronteira agrícola sobre suas terras. Esses

movimentos sociais e entidades de defesa de direitos humanos intensificaram as denúncias sobre o acentuado retrocesso social e perda de direitos civis e constitucionais. Atualmente movimentos indígenas e quilombolas e de trabalhadores rurais têm seus próprios canais de comunicação e produzem suas próprias informações. É importante destacar que todas essas organizações sociais do campo hoje ampliaram suas fronteiras rurais e dialogam e articulam-se com a cidade e os movimentos urbanos. Ou seja, embora sendo movimentos rurais, sua forma de manifestação ocorre no meio urbano.

Na sociedade midiaticizada, o surgimento das novas tecnologias de comunicação e informação facilitaram a ampliação dessas fronteiras e possibilitam os movimentos do campo atingir um público cada vez maior em suas denúncias. O uso das novas tecnologias de comunicação e informação se tornaram fundamentais para os movimentos sociais, tanto em sua organização quanto para sua articulação e diálogo com a sociedade. A própria produção e divulgação de informação se tornou um recurso simbólico importante para demarcar diferenças e compartilhar com as pessoas outras visões de mundo em oposição às formas hegemônicas que nomeiam a realidade. Atualmente, pela mídia, esses grupos travam duelos que promovem confronto entre diferentes códigos simbólicos e sentidos sociais.

Neste artigo, pretendemos demonstrar, a partir de uma discussão teórica e conceitual como o movimento indígena, tem utilizado das redes sociais, em especial, o Instagram, para mobilizar campanhas e protestos em defesa de seus territórios. As redes sociais tem se tornado os meios que temos para mostrar sobre nossas lutas e articular a presença dos nossos parentes em espaços políticos

O avanço do Agronegócio no Brasil

O *agrobusiness* é conceito utilizado nos Estados Unidos desde a década de 1950 para designar as relações econômicas entre o setor agropecuário e os setores industrial, comercial e de serviços. Este conceito define a produção rural como um processo amplo que contempla atividades antes da porteira (produção de insumos como adubos, rações e sementes), dentro da porteira (produção de animais e lavouras, extração vegetal etc.) e depois da porteira (processamento agroindustrial e consumo final dos produtos, entre outros).

No Brasil, a palavra agronegócio¹ já era utilizada desde a década de 1960, embora, somente, a partir da década de 90, o termo *agrobusiness* começa a ser empregado pelo governo, pesquisadores e mídia “numa tentativa de dar um ar de modernidade às velhas práticas da agricultura capitalista” (MARCOS, 2008, p. 196). Conforme Leite e Medeiros (2012, p. 82), o termo corresponde a “importantes processos sociais e políticos que resultaram de um esforço consciente para posicionar o lugar da agropecuária e investir em novas formas de produção do conhecimento e sua importância” (p. 82,).

O setor compreende segmentos ligados à pesquisa e produção de insumos, maquinários, tecnologias, pecuária, industrialização, comercialização e financiamentos. Este modelo de produção é realizado, preferencialmente, em larga escala e em grandes propriedades com fortes ligações com o capital. Também conta com apoio de uma aliança de classe dos grandes latifundiários, empresas transnacionais, capital financeiro e mídia corporativa e com um forte suporte do Estado.

De acordo com Pinto (2010), no período compreendido entre os anos de 1993 e 2003 (governos de Fernando Henrique Cardoso), houve uma rápida expansão do cultivo de soja, priorização das agroexportações e atração de investimentos estrangeiros, facilitando a ação de empresas sem comprometer ambientais e sociais no país – estas, por exemplo, adquiriram extensas áreas de terras para o plantio da soja transgênica. A partir de 2000, o agronegócio se expandiu fortemente, o setor se internacionalizou e investiu na verticalização com o monopólio das cadeias produtivas pelas empresas, desde a produção de sementes e controle da tecnologia e comercialização dos produtos, até a abertura de novas fronteiras agrícolas.

Nas primeiras décadas do século XXI, a agricultura brasileira é marcada por um grande aumento de produtividade devido à mecanização, emprego de insumos químicos, sofisticação de técnicas de cultivo e pelo melhoramento genético dos cultivares. A tríade ciência-tecnologia-inovação, a disponibilidade de recursos naturais, as políticas públicas, a competência dos agricultores e a organização das cadeias produtivas transformaram o país em um grande produtor e exportador de produtos agrícolas.

De acordo com Caio Pompéia Ribeiro Neto (2018), atualmente o agronegócio no país se organiza a partir de uma concertação política que inclui representantes da agricultura, de segmentos da indústria e de serviços conectados a ela que atua de forma multilateral,

¹ A palavra agronegócio apareceu pela primeira vez no Brasil em 19 de fevereiro de 1969, em uma matéria da revista *Veja*: “Soja, bom agronegócio”. “Era o anúncio do Saci, refrigerante de soja da Coca-Cola criado no país em 1967”. (POMPÉIA, 2021, p. 172)

coordenada, institucionalizada e sistemática. Segundo o pesquisador, o objetivo dessa concertação é convencer a opinião pública a valorizar o agronegócio e pressionar o Estado a inseri-la como elemento estratégico no planejamento governamental. As atuais nucleações de destaque que compõe a concertação política do agronegócio são: a/o Frente Parlamentar Mista da Agropecuária/Instituto Pensar Agropecuária, o Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e a Associação Brasileira do Agronegócio. (POMPEIA, 2021, p. 16)

A formação da Bancada Ruralista

Dentre as representações citadas por Pompéia, vamos apresentar a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), formalizada desde de 2008, é hoje o segmento mais organizado da bancada ruralista no congresso. Ela atua como um instrumento organizado para definir os temas de interesse do setor que serão debatidos em plenárias ou nas comissões temáticas. Mais do que isso, a FPA vem protagonizando uma escalada autoritária contra os povos originários e tradicionais no Brasil, por meio da criminalização – como na CPI da Funai e do Incra² – e da tentativa de eliminação, de apagamento das expressões no campo que não sejam aquelas do agronegócio.

Desde a legislatura de 2006-2010, a FPA foi a que mais cresceu. Inicialmente composta por 104 deputados e 16 senadores, em 2010-2014, alcançou um aumento no número de deputados e senadores, totalizando 142 deputados e 18 senadores. Já em 2014, a Frente sofreu uma baixa, somando 109 deputados e 17 senadores. Após grande crescimento do setor e um auto investimento em publicidade, principalmente após a campanha “Agro: produto-riqueza do Brasil”, da rede Globo, no ar desde de 2016, em 2018, a frente conquistou 243 deputados e 39 senadores.

Em sua trajetória, a Bancada Ruralista tem tido uma atuação coordenada em defesa dos interesses dos produtores rurais. Ela também atua na manutenção de iniciativas que valorizavam os interesses de deputados/as e senadores/as que, em sua maioria, não só representam os interesses de ruralistas, como são, também, grandes produtores rurais. Assim, com suas negociações conseguiram ao longo dos anos, créditos, perdões e renegociação de muitas dívidas. São várias demonstrações da sua força política em favor dos seus próprios interesses privados e, todos os presidentes, de uma forma ou de outra, acabam cedendo às suas pressões.

²<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-funai-e-incra/conheca-a-comissao/membros-da-comissao>

Mais recentemente, em 2016, a bancada ruralista mostrou seu poder no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, sendo que 50% dos votos que destituíram a presidenta vieram da bancada³. Já no ano seguinte, em agosto de 2017, na primeira votação para admissão de abertura de um processo contra o presidente Michel Temer, a participação dos deputados ruralistas também foi decisiva: 51% dos votos saíram dessa bancada contra a abertura do processo. Dois meses depois, em outubro, nova votação relativa a Temer: 55% dos votos foram de integrantes da FPA para a permanência do presidente.

Castilho (2018) explica que expressiva participação da Bancada no *impeachment* fez do golpe de 2016 um golpe ruralista⁴. Logo em suas primeiras medidas como presidente, Michel Temer extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário⁵, teoricamente agregado ao Ministério do Desenvolvimento Social. Com isso, pois fim a reforma agrária e a demarcação de terras indígenas e quilombolas. Em 2018, a bancada ruralista⁶ apoiou a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República e na formação de sua base de apoio na Câmara e Senado.

Ainda segundo Castilho (2018), na atual 56ª Legislatura (2019-2023), essa frente formou uma super-bancada, composta por 282 parlamentares (243 deputados e 39 senadores), o que dá sentido ao termo “supremacia ruralista”. No entanto, é importante destacar que a FPA não reúne a totalidade dos ruralistas no Congresso, uma vez que a bancada é maior que sua representação institucional. “Expoentes da indústria e de outros setores, como o financeiro, possuem seus braços no setor agropecuário e mantêm relação umbilical com os donos da terra” (ATLAS DO AGRONEGÓCIO, p. 40)

Após o golpe e diante da expansão do agronegócio, a bancada trabalha para enfraquecer a defesa, pelo Estado, dos territórios indígenas, quilombolas e das Unidades de Conservação. O setor precisa cada vez mais ampliar seu território para manter as margens de lucro, por isso, deputados e senadores vêm protagonizando ações autoritárias contra os povos originários e tradicionais no Brasil, por meio da criminalização e da tentativa de eliminação, de apagamento das expressões no campo que não sejam aquelas do agronegócio. Também buscam flexibilizar

³ <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/09/25/frente-parlamentar-da-agropecuaria-compos-50-dos-votos-do-impeachment-e-51-dos-votos-para-manter-temer/> (acesso 31/01/22)

⁴ CASTILHO, Alceu Luís. Golpe de 2016 se afirma também como um golpe ruralista. **De olho nos ruralistas. Observatório do agronegócio no Brasil.** (Brasília). 30 de maio de 2016. Disponível em <<https://deolhonosruralistas.com.br/2016/05/30/golpe-de-2016-se-afirma-tambem-como-um-golpe-ruralista/>> (acesso 31/01/22).

⁵ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/16/primeira-medida-provisoria-de-temer-reduz-de-32-para-23-o-numero-de-ministerios> (acesso 31/01/22)

⁶ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2018/noticia/2018/10/10/deputados-da-bancada-ruralista-se-reunem-com-bolsonaro-e-manifestam-apoio-ao-candidato-do-psl.ghtml> (acesso 31/01/22)

a legislação sobre o setor, como por exemplo, destravando leis para liberar o uso de agrotóxicos no país⁷.

De acordo com o Atlas do Agronegócio, de 2004 a 2017, a Bancada Ruralista no Congresso Nacional propôs 25 Projetos de Lei que ameaçam a demarcação de terras indígenas e quilombolas. Um outro levantamento, do site De Olho nos Ruralistas, mostra que há pelo menos 25 Projetos de Lei tramitando no Congresso que configuram ameaças aos direitos dos povos indígenas e quilombolas. Segundo o site, a maioria dos projetos foi sintetizada em projetos guarda-chuva, como a PEC 215, que pretende transferir para o Congresso a demarcação de terras tradicionais. O interesse maior do agronegócio é o acesso às terras consideradas pela Constituição Federal como de direito das populações indígenas, dificultando a demarcação e possibilitando arrendamento ou comercialização dessas terras.

A luta dos povos indígenas

Entretanto, embora tenha crescido a números exponenciais, o agronegócio trouxe enormes problemas para a sociedade brasileira. O país é hoje o maior consumidor de agrotóxicos do mundo⁸. O desmatamento⁹ aumenta a cada dia e temos um elevado número de casos de câncer e de problemas ambientais associados ao uso de transgênicos¹⁰ e venenos. Ao longo dos anos, muitas lideranças indígenas, quilombolas e de trabalhadores rurais foram assassinadas. Assim, há, por outro lado, resistência e respostas de movimentos e organizações sociais contrários às medidas e práticas do agronegócio.

A relação do indígena com a terra não assume um caráter mercadológico como o agronegócio exige. Diferentemente, os indígenas possuem uma relação intrínseca com a terra, sendo para eles, o suporte da vida social, diretamente ligada às suas crenças e conhecimentos, um recurso não apenas natural, mas sociocultural. Assim, para os indígenas, o território é muito

⁷ <https://www.camara.leg.br/noticias/849479-camara-aprova-projeto-que-altera-regras-de-registro-de-agrotoxicos/>

⁸ <https://apublica.org/2019/06/afinal-o-brasil-e-o-maior-consumidor-de-agrotoxico-do-mundo/> (acesso 18/08/2022); <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,ERT150920-17770,00.html> (acesso 18/08/2022)

⁹ <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/19/agronegocio-foi-responsavel-por-97-do-desmatamento-no-brasil-em-2021#:~:text=Entre%202019%20e%202021%2C%20mais,sofreram%20algum%20grau%20de%20desmatamento.&text=Em%20todos%20os%20biomas%20brasileiros,Regi%C3%A3o%20Metropolitana%20de%20S%C3%A3o%20Paulo.> (acesso 18/08/2022); <https://oeco.org.br/noticias/relatorio-expoe-agronegocio-como-grande-motor-do-desmatamento-ilegal-de-florestas/> (acesso 18/08/2022)

¹⁰ <https://reporterbrasil.org.br/2013/11/transgenicos-e-agrotoxicos-uma-combinacao-letal/> (acesso 18/08/2022)

mais que um espaço geográfico, ele está ligado às suas crenças e tradições e, portanto, possui uma dimensão simbólica e metafísica. Dessa forma, elaboram outras maneiras de relação com a terra e isso vai caracterizar diferenciações nas formas de luta e organizações de outros movimentos sociais.

Assim como os indígenas, os povos quilombolas também sofrem com as consequências do agronegócio e o extrativismo não sustentável da natureza e lutam pelo direito de terem seus territórios reconhecidos e respeitados. Indígenas e quilombolas vivem de maneira simples e integrados à natureza e entendem que o respeito aos direitos territoriais está intimamente ligado à preservação ambiental e a práticas de produção mais sustentáveis e saudáveis de alimentos. A diversidade de povos e comunidades tradicionais no Brasil é imensa, assim como seus saberes, crenças e costumes, dentre outros elementos que compõem a riqueza cultural do país.

No Brasil, a formação de um movimento indígena que contemplasse todas as diversidades dos povos demorou para se organizar. Para Bicalho (2010), historicamente, a consciência coletiva em torno de um movimento social começou a surgir apenas a partir da década de 70. Segundo ela, um marco importante é a realização da primeira Assembleia Indigenista Nacional, que ocorreu no estado de Mato Grosso, em 1974, e contou com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Na ocasião, as principais lideranças indígenas do país se reuniram para discutir os problemas de cada povo e traçar estratégias políticas para a garantia dos seus direitos. Começam a partir daí a serem estabelecidas as relações entre povos e lideranças indígenas diversas, entidades da sociedade civil e Estado. Ainda conforme Bicalho, o encontro serviu para que viabilizassem “o surgimento de um protagonismo indígena atuante e consciente da necessidade da luta social para fins de reconhecimento dos direitos indígenas no Brasil, na perspectiva da legalidade e legitimidade”. (2010, p. 24).

É importante destacar que o CIMI teve um papel fundamental para estruturar o movimento indígena, a partir das realizações das assembleias indígenas que ocorreram na década de 70. Na época, os projetos de desenvolvimento do governo militar impactavam diretamente as terras indígenas, deixando esses povos mais vulneráveis. Era imprescindível uma organização mais atuante que representasse o direito e a diversidade desses povos. A partir das reuniões, diferentes grupos de todas as regiões do país perceberam a necessidade de se elaborar novas formas de relacionamento com o Estado, a sociedade e os povos indígenas.

Entretanto, somente após a promulgação da Constituição de 1988, uma nova fase do movimento indígena no Brasil se inicia com mudanças significativas na forma jurídica e

política de inserção das populações indígenas no Estado brasileiro. Assim, o movimento indígena adquire uma nova configuração para lidar com as transformações ocorridas no cenário político das relações interétnicas no Brasil. Através da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, obteve-se o reconhecimento legal da organização social indígena e o direito dos índios, suas comunidades e organizações de ingressarem, como partes legítimas, em defesa de seus direitos e interesses.

Assegurado o direito indígena à terra na Constituição de 1988, outras preocupações começaram a surgir com força reivindicativa, como por exemplo, a proteção dos territórios e a sustentabilidade socioeconômica dos grupos indígenas. Nas últimas décadas do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, o protagonismo indígena tem se destacado e se tornado mais propositivo no sentido de ter mais oportunidade e a possibilidade de falar, participar, e de intervir politicamente e discordar das decisões e elaborar propostas que atendam os direitos básicos de da autonomia indígena. Atualmente, há 486 organizações que lutam pelos direitos indígenas no Brasil. (BICALHO, 2010)

Os Movimentos Sociais e a atuação em rede sociais

Movimentos sociais são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes e realizam um diagnóstico sobre a realidade social. Também constroem representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas. No entanto, são difíceis de serem conceituados. Não há uma definição geral, única e universal. Elas variam segundo os paradigmas teóricos e metodológicos utilizados. Isso se dá pela multiplicidade de interpretações e enfoque sobre o que são movimentos sociais. Entendemos aqui movimentos sociais seguindo as definições de Gohn:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir de interesses em comum. (GOHN, 1997, p. 251)

Segundo a autora (1997), essas ações coletivas geram uma série de inovações nas esferas pública e privada e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Para isso, exercem diferentes estratégias como denúncia, mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil,

negociações e etc. Atuam também por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se dos novos meios de comunicação e informação, para produzir seus próprios canais de comunicação, distribuir mensagens e assim, compartilhar experiências, divulgar suas ações e mobilizar a opinião pública, atingindo um número maior de pessoas.

Maria da Glória Gohn explica que alguns autores separam o termo movimento social de movimento indígena por conta das especificidades e lutas do índio que diferencia de outros movimentos sociais no campo. Gohn classifica o movimento indígena como pertencente aos movimentos identitários, que lutam na América Latina por direitos sociais, econômicos, políticos e, mais recentemente, culturais. Para essa pesquisadora, a novidade é a forma e o caráter que as lutas têm assumido, não apenas de resistência, mas também por direitos. Neste novo século, na América Latina, os indígenas estão sendo a grande novidade no cenário das lutas e movimentos sociais. (GOHN, 2009, p. 3)

O desenvolvimento acelerado da sociedade da informação no início do século, surgimento de novas formas de comunicação e sociabilidade e o impacto da globalização econômica no mundo, trouxeram profundas alterações nas trocas econômicas, simbólicas e nas relações de poder. O contexto atual impactou a organização e divulgação dos movimentos sociais que passaram a utilizar das mídias sociais horizontais, como a internet e as redes sociais, para a sua organização interna e na divulgação de suas demandas.

Atualmente com o desenvolvimento da sociedade midiaticizada, marcada pela abundante de circulação de informação e imagem, intermediada pelas novas tecnologias de comunicação, os movimentos sociais buscam se tornar visíveis na esfera social para mobilizar a sociedade, exercer pressão, compartilhar suas ideias e experiências e estabelecer processos de comunicacionais, que compreendem trocas, relações, interações e intercâmbios. Assim, além das suas demandas contra as estruturas opressivas e os problemas sociais que enfrentam seus membros, eles também incorporam a luta pela democratização da comunicação para poderem ter acesso direito à comunicação e a liberdade de expressão (PERUZZO, 2009).

O acesso às mídias apresenta-se, como condição indispensável à efetiva participação dos cidadãos no universo da política e da opinião pública. Atualmente os movimentos sociais têm atingido grandes proporções de alcance em suas informações porque utilizam da internet como canal de comunicação. Às novas ferramentas de comunicação e as facilidades de comunicação que a revolução tecnológica proporcionou possibilitou aos movimentos sociais uma ampla difusão e produção de informação. Isso representou uma ampliação das

possibilidades de organização dessas ações comunicativas de modo a atingir públicos e integrá-los, bem como melhorar a visibilidade de suas demandas.

Com a apropriação das novas tecnologias de informação, os movimentos sociais assumiram novas configurações. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais tradicionais e digitais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito das novas tecnologias de comunicação e informação, como a internet, e, com isso, transmitem visões diferentes de mundo e novos saberes para um número ampliado de pessoas (GOHN, 2011). Suas produções funcionam para mobilizar seus integrantes e simpatizantes e falava com uma pequena comunidade com que estava relacionada. Hoje, com os avanços tecnológicos representaram uma ampliação das possibilidades comunicacionais que são importantes para organização dessas ações e de atingir outros públicos, integrá-los e dar mais visibilidade às suas demandas.

O contexto atual de intensa globalização e alto desenvolvimento tecnológico no que concerne a comunicação impactam, principalmente, na organização e divulgação dos movimentos, e alteram substancialmente o entendimento dos movimentos sociais. É fundamental problematizar o papel da comunicação, como ela é utilizada para organização interna e divulgação desses movimentos e qual o alcance que suas mensagens e a força dessas mensagens têm para a disputa do sentido na sociedade contemporânea. Pela mídia, circula uma diversidade de narrativas que provocam sentidos os quais se tornam referentes e contribuem para constituição social de imagens, valores e concepções de mundo.

A Apib e o uso de redes sociais

Hoje a maior mobilização indígena no Brasil é Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). A Apib foi criada pelo movimento indígena no Acampamento Terra Livre de 2005. O Acampamento Terra Livre é uma mobilização nacional sobre os direitos, as demandas e as reivindicações dos povos indígenas que é realizado todo ano, desde 2004. O site da Apib (www.apiboficial.org) informa que a organização tem o propósito de fortalecer a união dos povos indígenas. Além das pautas históricas referentes à questão territorial, ao acesso à saúde e à educação, a Apib tem discutido e apresentado outras demandas, como, por exemplo, os direitos das mulheres, dos jovens e dos indígenas LGBTQi+.

A Apib faz a articulação entre as diferentes regiões e organizações indígenas do país, além de mobilizar os povos e organizações indígenas contra as ameaças e agressões aos direitos indígenas. Ainda segundo o site da organização, fazem parte da Apib as seguintes organizações indígenas regionais: Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito

Santo (APOINME), Conselho do Povo Terena, Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE), Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL), Grande Assembleia do povo Guarani (ATY GUASU), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e Comissão Guarani Yvyrupa.

Segundo a antropóloga Marlise Rosa (2021), a Apib é a terceira organização indígena de caráter nacional na história do Brasil. Antes, antecederam a União das Nações Indígenas (UNI ou Unind) e o Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Capoib). A antropóloga explica que nas outras organizações havia uma maior centralização do poder organizacional e do poder decisório. De acordo com ela, a Apib pauta-se:

na centralização organizacional combinada à descentralização do poder decisório, buscando, assim, conjugar pautas comuns sem perder de vista a diversidade sociocultural e geográfica que compõem a realidade dos povos indígenas no Brasil, expressa, inclusive, em distintas formas de atuação política. (ROSA, 2021, p. 62)

Essa descentralização política destacada por Rosa (2021) permitiu uma maior diversificação do quadro da organização, por lideranças pertencentes a povos de diferentes regiões do país, possibilitando assim, uma maior articulação nos níveis local, regional e nacional. A antropóloga acrescenta ainda que, entre essas novas lideranças, se destaca uma geração de jovens formada, a partir do movimento indígena, que compõem a organização. São advogados, antropólogos, enfermeiros, médicos, professores, que ingressaram na universidade, este novo perfil das lideranças têm contribuído para a unificação de pautas do movimento indígena, com uma maior diversificação das frentes de atuação. (ROSA, 2021)

Uso de redes sociais

A Apib tem se destacado também pelo uso de rede social para dar visibilidade a protestos, manifestações, campanhas, denúncias e reivindicações. No momento atual, os povos indígenas estão sendo afetados pela expansão das fronteiras agrícolas e de grandes projetos de interesse do capital, principalmente com a mineração em terras indígenas, tudo isso, com o apoio do governo federal, e pouco sobre isso tem repercutido nos grandes veículos de comunicação no país. Dessa forma, a apropriação por parte dos indígenas da internet e da TICs, as redes sociais se apresentam como uma possibilidade de uso para a organização, divulgação e ampliação dos canais de comunicação dos movimentos sociais indígenas com a sociedade.

O acesso e a popularização das novas tecnologias, quebrou o monopólio da informação, até recentemente controlado pela mídia de massa e pelos grupos de poder, o que provocou uma certa mudança no processo de comunicação. Os cidadãos deixaram de ser receptores passivos

de informação dos veículos tradicionais e passaram a emitir e publicizar suas opiniões, livres de filtro de controle. Isso também possibilitou uma verdadeira interação dialógica e um envolvimento maior dos cidadãos na política e em assuntos de interesses públicos e que encontraram nas redes sociais espaços para informações alternativas que mostram e denunciam os envolvimento políticos e econômicos dos grupos de poder, que normalmente, não são divulgados nos veículos de massa.

Os movimentos sociais e grupos subalternizados também passaram a ocupar essas redes sociais para passar suas mensagens. Uma rede social que tem sido muito utilizada como espaço de visibilidade tanto para protestos, manifestações, marchas, campanhas de caráter social é o Instagram. Lançado em 2010, essa rede social foi adquirida pelo Facebook em 2012. Atualmente, ela possui mais de 500 milhões de contas, média de 1,5 bilhão de curtidas por dia, e é 15 vezes mais interativa do que o Facebook. A plataforma caracteriza-se pela postagem de fotos e vídeos, marcadas por uma estética quase publicitária. O Brasil é o segundo país com o maior número de usuários no Instagram – 66 milhões (dados de abril de 2019), ficando atrás apenas dos Estados Unidos.

Nessa rede social também são compartilhados memes, pôsteres virtuais, trechos de vídeos, imagens que circulam pela mídia e diversos outros tipos de materiais visuais e audiovisuais. O Instagram é povoado por celebridades da cultura pop, por diversas entidades, corporações, empresas, marcas, produtos, figuras políticas e também tem sido apropriado pelos movimentos sociais organizados, como o movimento indígena. Na plataforma, o movimento indígena pode apresentar suas reivindicações, sem necessitar passar pelos filtros ideológicos e a política editorial da grande mídia. A internet abre, assim, um espaço, o que representa uma estratégia capaz de furar o monopólio das forças hegemônicas e permitir que as forças contra hegemônicas se expressem.

@apiboficial

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil conta com o perfil @apiboficial, que tem 176 mil seguidores e um total de 6.613 publicações. Em uma análise exploratória podemos identificar nas publicações no perfil assuntos de temas políticos, legislações sobre os povos indígenas, informações sobre os casos de covid-19, campanha de vacinação para os povos indígenas, desmatamento e venda de terras em reservas indígenas, feminicídio, avanço do agronegócio em terras indígenas, mineração, divulgação de livros, filmes, exposições indígenas. O conteúdo traz esclarecimento acerca de direitos dos povos tradicionais,

posicionamento sobre suas lutas, alerta sobre preconceitos e estigmas difundidos sobre os indígenas.

As publicações têm sempre um caráter de resistência, divulgação e mobilização e são produzidas de modo estratégico para dar visibilidade à luta e sobrevivência dos povos indígenas no país. Os conteúdos são construídos para sensibilizar as pessoas sobre os problemas que as nações indígenas têm enfrentado no país e não estão sendo noticiados pelos veículos tradicionais de imprensa. Busca-se assim ter reações e feedbacks para afetar o maior número de pessoas que acompanham as páginas. O compartilhamento dessas informações por pessoas e outros grupos estabelece conexões e redes que se ampliam alcançando pessoas em diversos pontos do planeta, potencializando mais ainda a luta.

Consideração finais

Por conta da imposição de uma matriz colonial de poder¹¹, os povos indígenas foram descredibilizados e subjugados. Historicamente foram vistos como preguiçosos, tutelados pelo Estado e incapazes e, por conta disso, sempre tiveram pouco espaço de voz. Tanto nos veículos tradicionais de imprensa, quanto em audiências ou em políticas públicas voltados para a causa indígena, suas vozes foram silenciadas, por serem consideradas saberes periféricos. Agora, a Internet e as redes sociais tem sido uma ferramenta importante para furar essa matriz de poder e abrir um canal de comunicação de modo estratégico para unir ações de resistência em defesa da sobrevivência dos povos originários e possibilitar a esses povos comunicarem ao mundo sua situação de opressão frente ao avanço capitalista.

Por último, é importante destacar que o avanço do agronegócio tem impactado diretamente os povos indígenas que aos poucos foram perdendo suas terras e junto com ela, a liberdade e a vida, pois estavam diante de valores e visões de mundos diferentes e voltados à

¹¹ Para Quijano (2005), a colonialidade do poder refere-se ao controle político e econômico que os colonizadores tinham sobre as colônias e que foi fundamental na estruturação do sistema-mundo moderno que se formou e se consolidou a partir do sistema colonial e que se manteve em continuidade, mesmo com o fim das colônias. A partir dessa colonialidade do poder, os colonizadores reprimiram as formas de produção de conhecimentos, produção de sentidos, o universo simbólico, a subjetividade e outras manifestações de outras “raças”. Essa repressão marcou o modo de produzir e de se apropriar do conhecimento desses povos. Dessa forma, a colonialidade do poder é a matriz de poder que estrutura o sistema mundo-moderno, em que o trabalho, as subjetividades, os conhecimentos, os lugares e os seres humanos são hierarquizados e governados, a partir da produção e distribuição da riqueza mundial. (QUIJANO, 2005)

cultura ocidental, do colonizador. Para a elite econômica ruralista, o indígena aparece como um obstáculo para o desenvolvimento, pois não permite o avanço da agricultura capitalista em suas terras, além de exploração de riquezas mineral e natural pelas grandes corporações. A relação do indígena com a terra não assume um caráter mercadológico, como no agronegócio.

Diferentemente da elite ruralista, os povos indígenas possuem uma relação intrínseca com a terra, sendo para eles, simboliza também, o suporte da vida social, diretamente ligada às suas crenças e conhecimentos, um recurso não apenas natural, mas sociocultural. Assim, para os indígenas, o território é muito mais que um espaço geográfico, ele está ligado às suas crenças e tradições. O território indígena possui, portanto, uma dimensão simbólica e metafísica. Dessa forma, elaboram outras maneiras de relação com a terra e isso vai caracterizar diferenciações nas formas de luta e organizações de outros movimentos de luta pela terra. Essa cosmovisão de compreender e se compreender no mundo deixa marcas dessas experiências nas suas comunicações.

Referências Bibliográficas

Boaventura. Quando os excluídos têm direito: Justiça indígena, plurinacionalidade e interculturalidade. In: **Construindo as Epistemologias do Sul**. Antologia. Vol II. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 243-276. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Antologia_Boaventura_PT2.pdf acesso em 16 de novembro de 2020.

PACINI, Aloir. As identidades Chiquitanas em perigo nas fronteiras. **Cadernos IHUideias**. Ano 17, nº 292, vol. 17, 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/292cadernosihuideias.pdf>

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997

_____. **Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2009a.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009c.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais na América Latina. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

_____. **Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago, 2011**

PERUZZO, C.M.K. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. **Revista Fronteira**, v. 11, p. 33-43, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial, 2005

_____. ¡Qué tal Raza! Publicado em **América Latina en Movimiento**, No. 320: <<http://alainet.org/publica/320.phtml>>. Acesso em <<http://alainet.org/active/929&lang=es>>, em 22 de agosto de 2011.

POMPÉIA, Caio Ribeiro Neto. **A Concertação Política do Agronegócio**. Tese de Doutorado, Antropologia Social, Tese de Doutorado, Antropologia Social, Unicamp, 2018.

ROSA, Marlise. “Isso é uma emergência!”: panorama da mobilização da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) para o enfrentamento da Covid-19. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 60-97, mai./ago. 2021